

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	17.826.603,83
DESPESAS COM PESSOAL	14.598.883,15
Remuneração de pessoal	10.756.006,50
Benefícios	174.697,84
Encargos sociais	3.668.178,81
IMPOSTOS E TAXAS	23.256,62
Impostos e taxas diversas	23.256,62
DESPESAS FINANCEIRAS	61.885,47
Despesas financeiras	61.885,47
PROVISÕES	3.142.578,59
Provisões trabalhistas	3.142.578,59
FINANCIADORES	282,87
Juros	282,87
Aluguéis	-
Valor total Distribuído	17.826.886,70
Superávit	2.033.471,96
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O **INSTITUTO SOCIAL MAIS SAÚDE** pessoa jurídica de direito privado, constituída em 2013, com fins não econômicos, social, de saúde, interesse coletivo, com autonomia administrativa e financeira que se rege por estatuto social. Possuindo como Missão a realização de Gestão de Unidades de Saúde com qualidade, economicidade e humanização. **Atuando na Gestão de Saúde**, tendo como principais objetivos:

- *Elaborar, executar e/ou viabilizar projetos para a promoção da saúde, do desenvolvimento sustentável e da cidadania empresarial na área da saúde;*
- *Promover a educação na área da saúde, por meio da difusão de conceitos, direitos e práticas da saúde para crianças, jovens, adultos e idosos para uma vida mais saudável;*
- *Promover os direitos à saúde e prestar assistência à comunidade para o exercício desses direitos;*
- *Promover a assistência à saúde;*
- *Desenvolver e/ou apoiar o desenvolvimento de estudos e pesquisas científicas nas áreas de medicina comunitária, social, ambiental, entre outras;*
- *Colaborar com entidades públicas, privadas e o terceiro setor no planejamento e execução de projetos nas áreas de saúde, sanitária e de sustentabilidade;*
- *Apoiar e participar da elaboração de políticas públicas e de projetos de lei que envolva tema de saúde e sustentabilidade;*
- *Promover ações em defesa do direito à informação e acesso à saúde.*

CONTRATO DE GESTÃO – Em 23 de dezembro de 2020 a entidade assinou o Contrato de Gestão nº **011/SESPA/2020, processo administrativo nº 2020/996183; 2020/1084481-SESPA**, tendo como objeto o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde, no **Hospital Regional Público do Tapajós**, com a pactuação de indicadores de qualidade e resultados, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, assegurando assistência universal e gratuita, exclusiva aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, observando os princípios expressos no art. 198 da CF e art. 7º da Lei Federal 18.080/90.

O prazo de vigência do presente contrato de gestão será de 12 (doze) meses, **iniciando em 23 de dezembro de 2020 e finalizando em 23 de dezembro de 2021**. O primeiro repasse aconteceu no início de janeiro de 2021. A prorrogação de prazo

contratual ocorreu no ato do **5º Termo Aditivo** ao contrato de gestão, processo nº 2021/1334292, de 17 de dezembro de 2021, **pactuando nova vigência contratual de 23 de dezembro de 2021 finalizando em 22 de dezembro de 2022**. Podendo ser prorrogado por períodos sucessivos no interesse de ambas as partes, mediante parecer favorável da **Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA**.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração de suas demonstrações contábeis, a entidade adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações e orientações técnicas emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade, as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, notadamente na ITG 2002 (R1) – Resolução 1.409/2012, que prescreve critérios contábeis aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, que, com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira, são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa nº 2.2 foram aplicadas na preparação das demonstrações contábeis para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração efetue estimativa e adote premissas que afetam os montantes apresentados nas demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa.

A emissão das presentes demonstrações contábeis foi aprovada pelo conselho fiscal desta entidade no início de exercício de 2022.

2.2 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, fundos em contas bancárias de livre movimentação, mantidas em instituições financeiras de primeira linha.

b) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.

c) Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

A entidade avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas demonstrações contábeis de 2021 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.

d) Imobilizado

Os bens adquiridos através de doações ou comprados com verbas de custeio ou investimentos, pertencem ao poder público, conforme contrato de gestão, cabe a entidade a administração dos bens.

Os bens cedidos pelo estado do Pará para o início do contrato de gestão não foram imobilizados devido à ausência de atribuição de valor na data base das transferências.

e) Apuração do resultado do exercício

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

Para os serviços contratados é considerado o período de execução destes, para apropriação ao resultado.

A operação do Instituto é diretamente ligada à execução do orçamento definido no contrato de gestão.

f) Provisão para contingências